

Relatório de Desempenho Anual

2017



PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	9
2.1.	Consumo de papel.....	9
2.2.	Consumo de copos descartáveis	10
2.3.	Consumo de água envasada	11
2.4.	Impressão	13
2.5.	Telefonia	14
2.6.	Energia Elétrica.....	16
2.7.	Água e esgoto	17
2.8.	Gestão de Resíduos	17
2.9.	Reformas.....	21
2.10.	Limpeza e Vigilância	22
2.11.	Veículos e Combustíveis	24
2.12.	Qualidade de vida e Capacitação socioambiental	28



3.	SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ EM 2017	31
3.1.	Fórum Governamental de Responsabilidade Social – FGRS/PR	32
3.2.	Junho, mês da conscientização ambiental no TJPR	33
3.3.	Curso de Sensibilização em Gestão Socioambiental	35
3.4.	Gestores Socioambientais	36
3.5.	Revalidação do Projeto Ecomultiplicadores	37
3.6.	Unidades Sustentáveis Certificadas	39
3.7.	Semana Lixo Zero	40
3.8.	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	41
4.	O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	46
4.1.	Plano de Gestão de Resíduos no TJPR	47
5.	PLANO DE AÇÃO	51



GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ – 2017/2018

CÚPULA DIRETIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

PRESIDENTE

Desembargador Renato Braga Bettega

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Arquelau Araújo Ribas

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Lidia Maejima

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama

CORREGEDOR

Desembargador Mario Helton Jorge



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

GESTORES ADMINISTRATIVOS

SUPERVISÃO GERAL

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Maria Alice de Carvalho Panizzi

SUBSECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

André Luiz Massad



COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL (CASA-TJPR)

Cibelle Zaia Machado

Daniele Schneider

Priscilla Kiyomi Endo

Suzane Lustosa dos Santos

Vinicius Silva Nass

Vitório Garcia Marini

APOIO

Marcio Mortensen Wanderley

Daniele Romaniuk Machado Dumas

Kamila Mendes Martins

Michelle Cury de Lima

Vinícius Rodrigues Lopes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça



Gestão Ambiental SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade: Justiça com a Vida!



1. INTRODUÇÃO

O relatório de desempenho apresenta a evolução dos indicadores estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em consonância com a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, artigo 23.

Os dados analisados e expostos neste documento referem-se aos anos de 2015, 2016 e 2017.

De forma gradativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná está desenvolvendo internamente as ações e controlando os indicadores determinados no Plano de Logística Sustentável, cuja 2ª edição foi lançada em 2017, em versão atualizada.

No âmbito deste Tribunal de Justiça, há um cronograma de monitoramento do PLS, sob responsabilidade da Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR).

Em sua atuação regular, a CASA-TJPR tem solicitado aos gestores e fiscais administrativos deste Tribunal de Justiça a adoção de sistemas que permitam a obtenção de dados de maneira eficaz e contínua, a fim de viabilizar o monitoramento das ações e indicadores do PLS.

Em 2017 foram estabelecidas duas funções inerentes ao programa de sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: **a)** Gestores Ambientais, estabelecidos pelo Decreto Judiciário nº 469/2017, encarregados de fiscalizar a evolução dos indicadores estabelecidos pela Resolução nº 201/2015, assim como informar dados à CASA-TJPR, nos termos do cronograma de monitoramento; **b)** Ecomultiplicadores,



estabelecidos pelo Decreto Judiciário nº 828/2017, encarregados de fiscalizar o cumprimento de metas de sustentabilidade em cada unidade administrativa e jurisdicional, bem como de certificar as “unidades sustentáveis”.

Os Gestores Socioambientais e os Ecomultiplicadores estão compreendidos dentro de uma estrutura tetravalente de monitoramento do PLS, compreendida também pela Comissão de Gestão Socioambiental, instituída pela Resolução nº 08/2010, assim como pelo Núcleo Socioambiental, criado pelo Decreto Judiciário nº 760/2017.

Dentre as ações previstas para o ano de 2018, destaca-se o lançamento do Plano de Gestão de Resíduos no TJPR, que irá diagnosticar a situação de todas as comarcas e unidades jurisdicionais e administrativas, culminando na elaboração do Manual de Gestão de Resíduos do Tribunal de Justiça do Paraná.

O cronograma de atividades foi aprovado e consta do PLS/TJPR, 2ª edição.

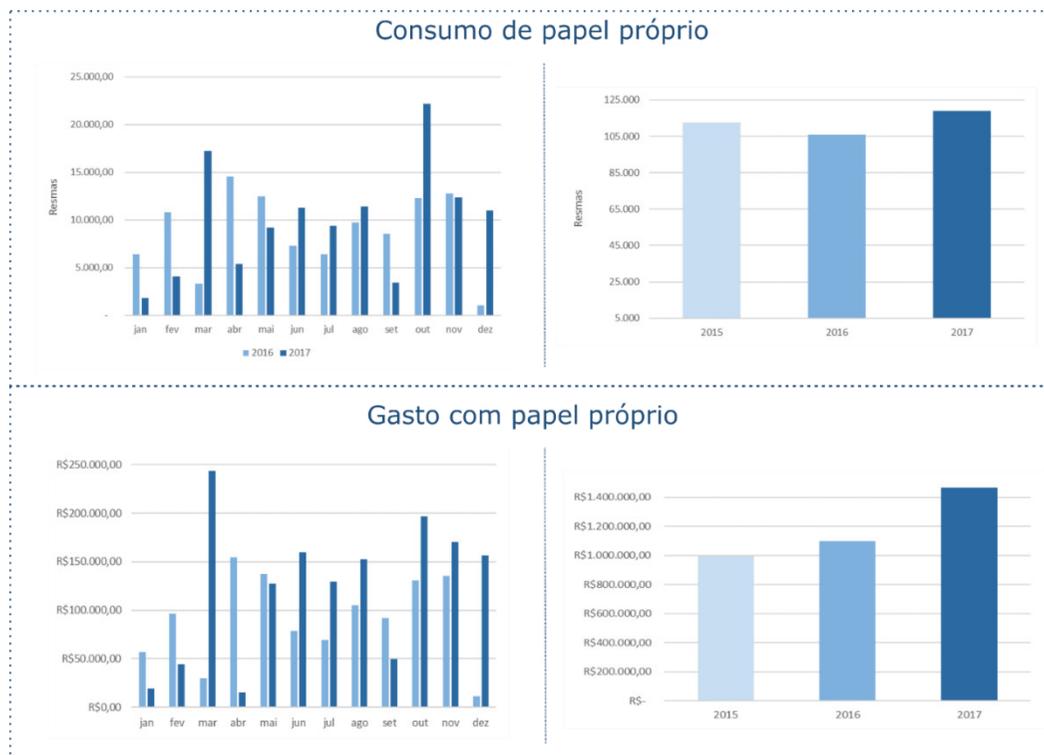
Na sequência, passe-se para o detalhamento da evolução dos indicadores estabelecidos pela Resolução nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça.



2. DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

2.1. Consumo de papel

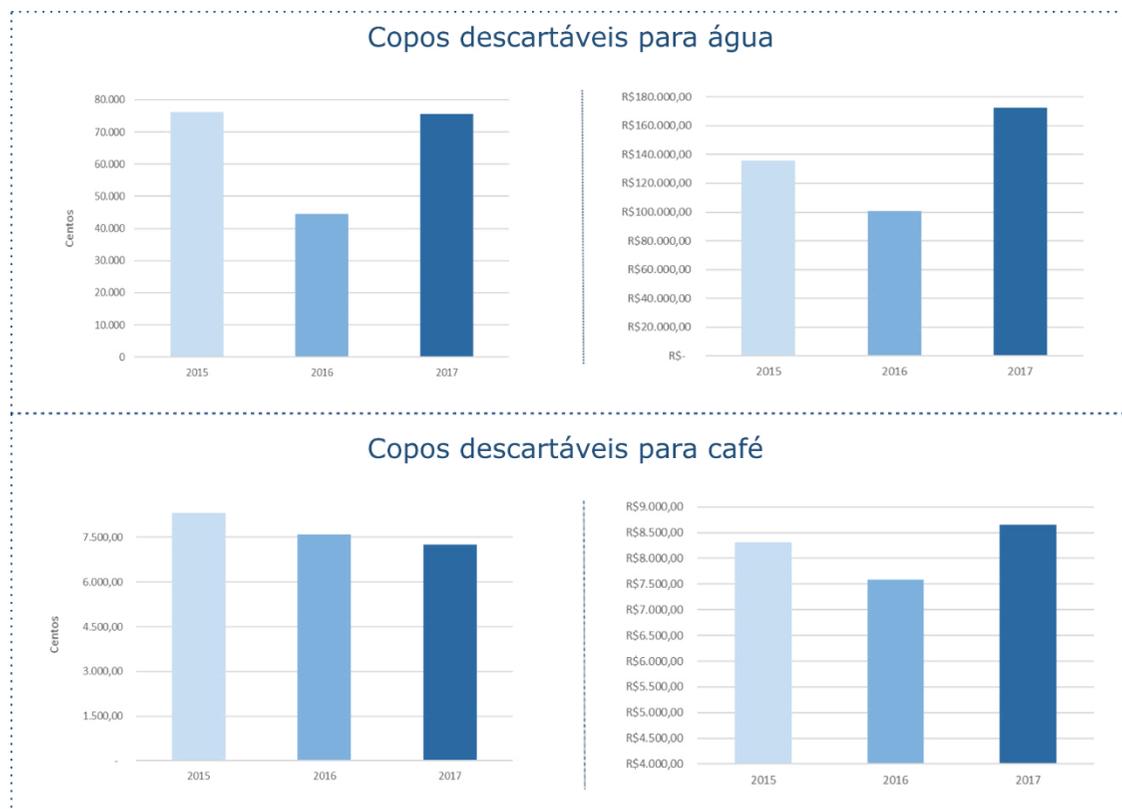
A quantidade consumida de resmas de papel apresenta comportamento oscilante. No ano de 2016, em relação ao consumo de 2015, houve redução de 6%. Entretanto, em 2017, ocorreu aumento de 12% no consumo em relação a 2016.





2.2. Consumo de copos descartáveis

O histórico de consumo de copos descartáveis para água mostra que houve significativa redução de 2015 para 2016; em 2017, o consumo voltou ao nível de consumo de 2015. O consumo de copos descartáveis para café, por sua vez, apresenta constante declínio. Desde 2015, houve uma redução de quase 13% no consumo.



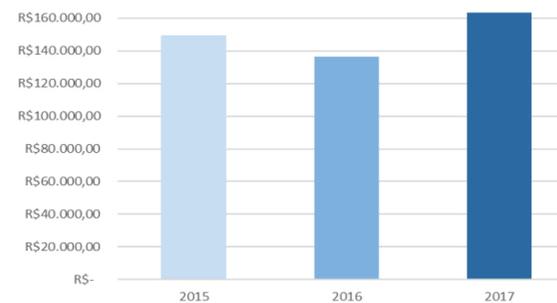
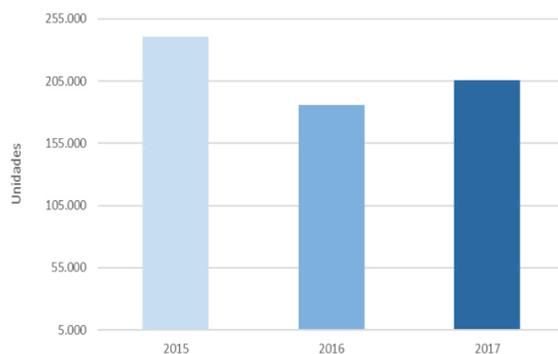


2.3. Consumo de água envasada

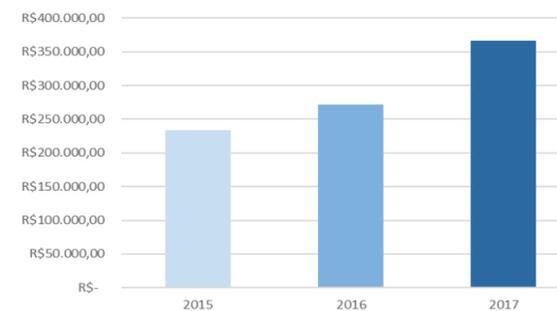
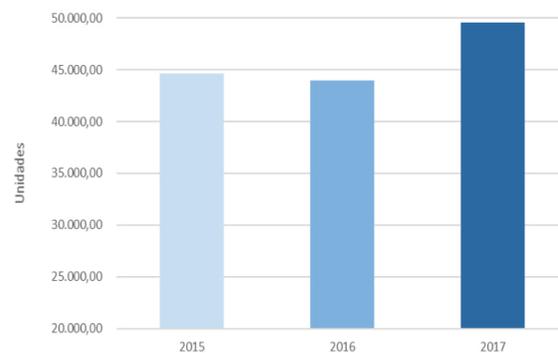
No que se refere ao consumo de água mineral em embalagens retornáveis/descartáveis, informa-se que o monitoramento ocorre em Comarcas específicas, apenas nas localidades onde há contratação. O fornecimento de água em embalagem descartável por meio de contratação específica acontece nas Comarcas de Curitiba, Londrina e Maringá; já o fornecimento em embalagem retornável ocorre em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Nas demais Comarcas do Estado, a compra é realizada localmente via fundo rotativo e até o momento não há sistema informatizado para gerenciamento deste consumo.



Água mineral - embalagem descartável



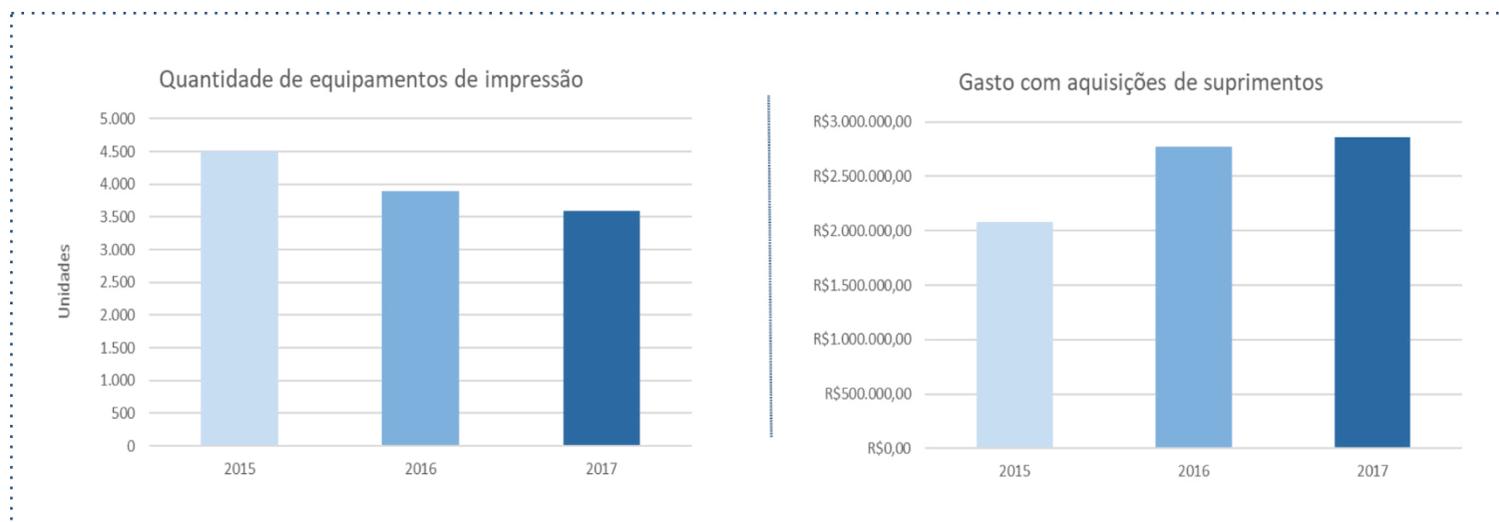
Água mineral - embalagem retornável





2.4. Impressão

A partir de Agosto de 2017, o Departamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação iniciou projeto piloto para monitoramento das impressões. Os dados consideram aproximadamente 88,5% das estações de trabalho ativas e apresentam algumas inconsistências. O DTIC está trabalhando para promover melhorias neste monitoramento. Em 2017, houve a impressão total de 20.102.643 unidades. Importante salientar, ainda, que desde o início do monitoramento (2015), o TJPR não realiza aquisição de impressoras. A despesa com compra de suprimentos de impressão, entretanto, aumentou 3% em relação ao ano de 2016.



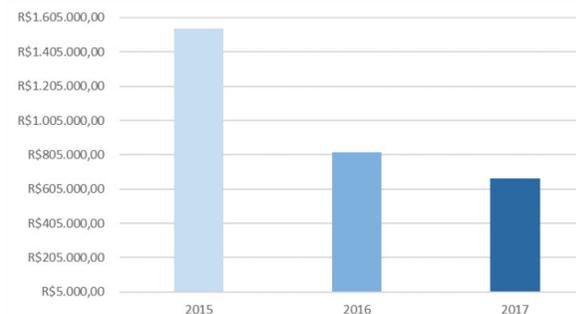
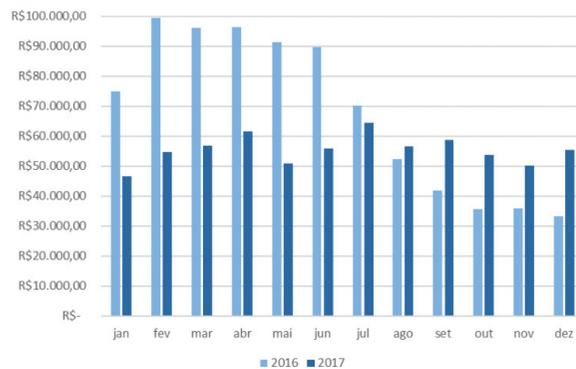


2.5. Telefonia

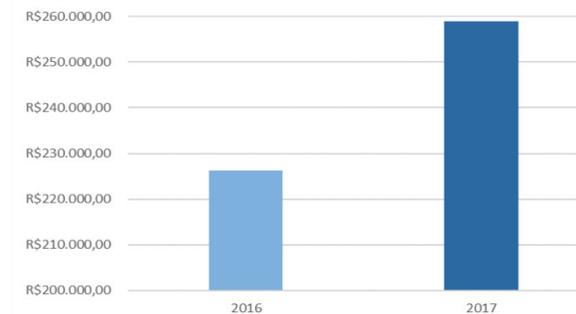
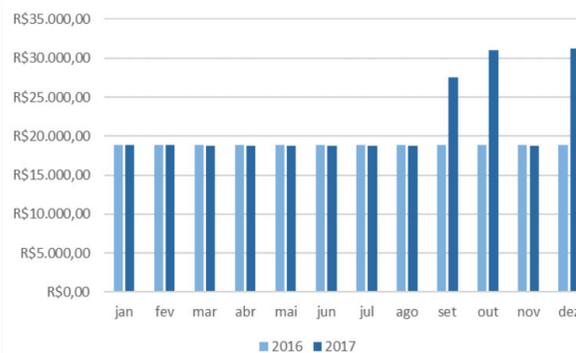
Os indicadores de telefonia fixa apontam para expressiva melhoria, com redução de despesas com serviços de telefonia de 56% em relação a 2015. Os gastos com telefonia móvel apresentaram aumento de 14% em 2017. O aumento é coerente com a modernização do Tribunal de Justiça do Paraná: os Juizados Especiais realizam intimações por meio do aplicativo *WhatsApp*. A ideia consiste em simplificar rotinas, facilitando a comunicação entre as partes, assim como promover economia processual.



Telefonia Fixa

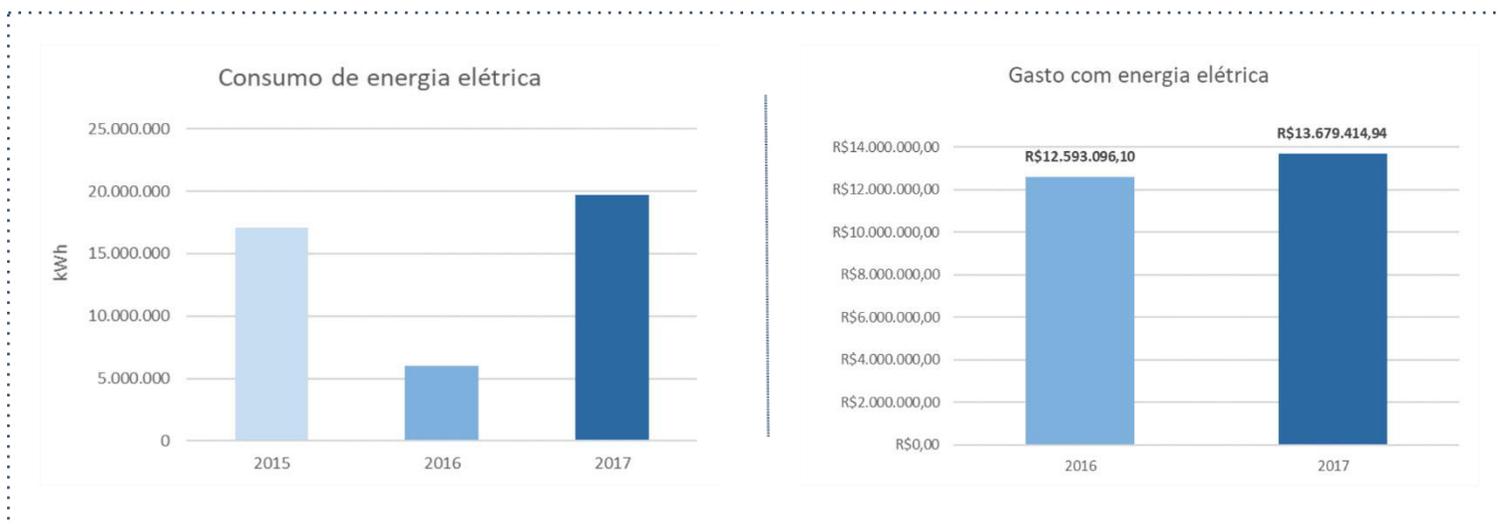


Telefonia móvel



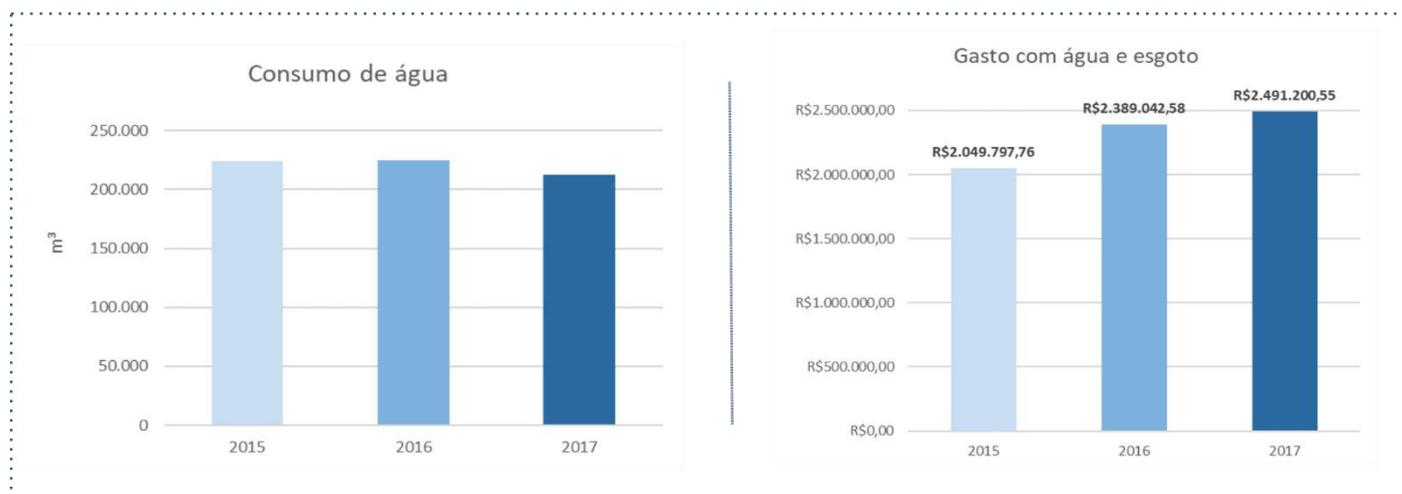


2.6. Energia Elétrica





2.7. Água e esgoto

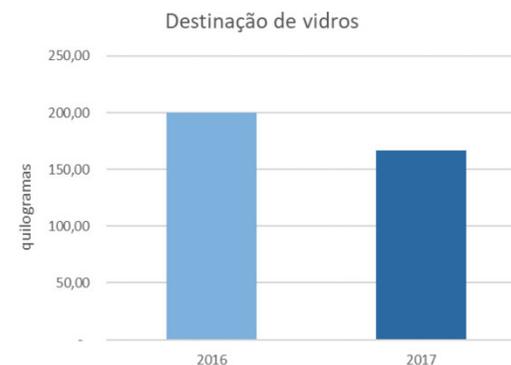
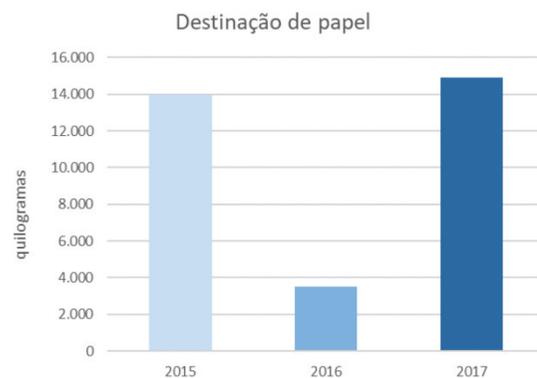


2.8. Gestão de Resíduos

O Tribunal de Justiça identificou diversas dificuldades em monitorar os indicadores relacionados à gestão de resíduos devido, principalmente, à falta de estrutura (local para armazenamento, equipamentos, ferramentas) e pessoal. Assim, definiu-se 2018 como Ano da Gestão de Resíduos no Tribunal de Justiça, conforme explicitado no item 4.1 deste relatório. Indicadores gerais da gestão de resíduos são indicados na sequência.

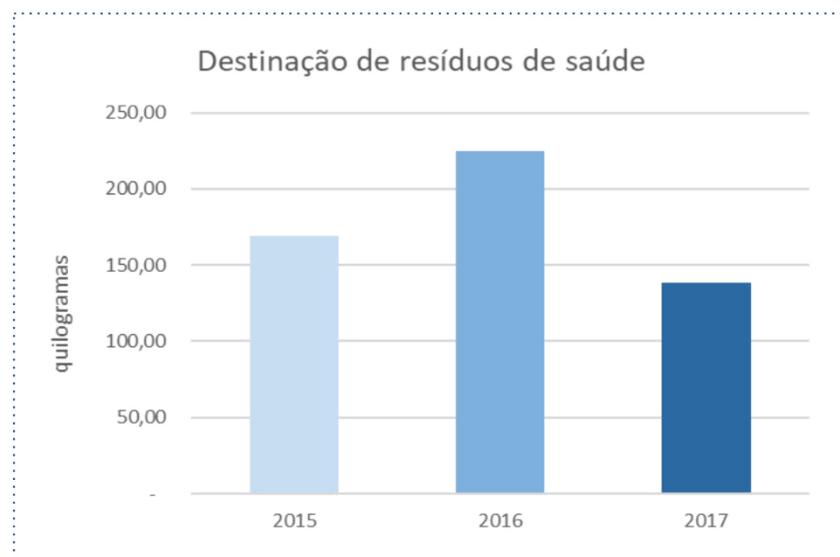


Gestão de Resíduos





O Tribunal de Justiça promove, ainda, a destinação de resíduos de saúde provenientes do Centro de Assistência Médica e Social (localizado na cidade de Curitiba). Os resíduos são encaminhados para tratamento antes da disposição final, nos termos recomendados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).



Importante citar que em 2017 o Tribunal de Justiça celebrou contrato para a prestação de serviços de coleta, transporte, processamento, descontaminação e destinação final de resíduos e rejeitos de lâmpadas descartadas (fluorescentes convencionais, fluorescentes compactas, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de multivapores metálicos ou mistas, incandescentes, halógenas, LED). A contratação previu que o descarte obedecesse rigorosamente às determinações dos órgãos de proteção ambiental. Com esta medida, foi possível realizar a destinação adequada de 82.399 unidades de lâmpadas inteiras diversas e 89 kg de lâmpadas quebradas diversas.



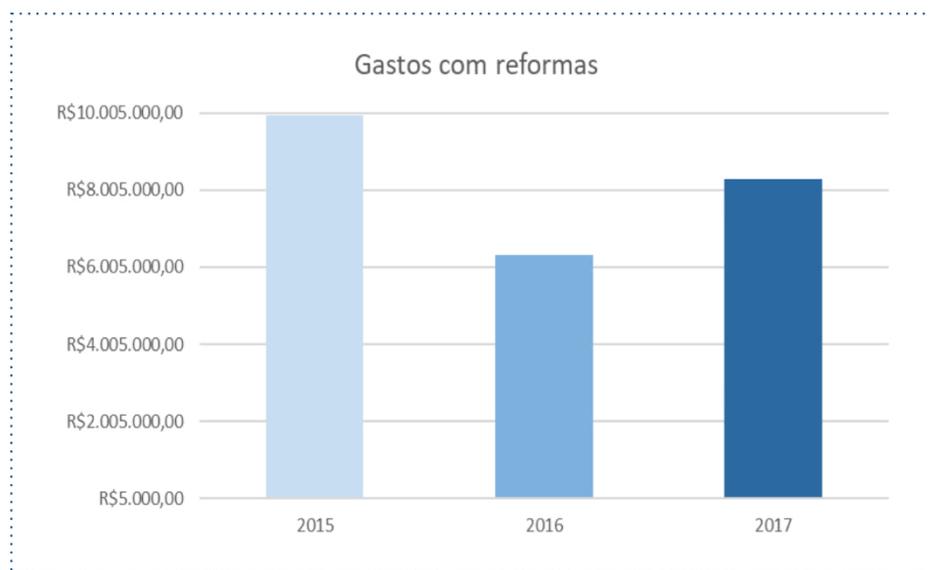
Outros indicadores relacionados à destinação de resíduos são apresentados na tabela abaixo.

	INDICADOR	UNIDADE	2016	2017
9.7	Destinação de resíduos de informática	kg	-	30
9.8	Destinação de suprimentos de impressão	unidades	-	10.964
9.12	Destinação de resíduos de obras e reformas	m ³	735	426.109



2.9. Reformas

A despesa de reformas e mudanças de layout em 2017 (R\$ 8.297.848,99) apresentaram acréscimo de 31% em relação ao ano de 2016 (R\$ 6.333.206,67). Os gastos foram decorrentes de obras de reformas e reparos em 63 unidades do Poder Judiciário Paranaense.

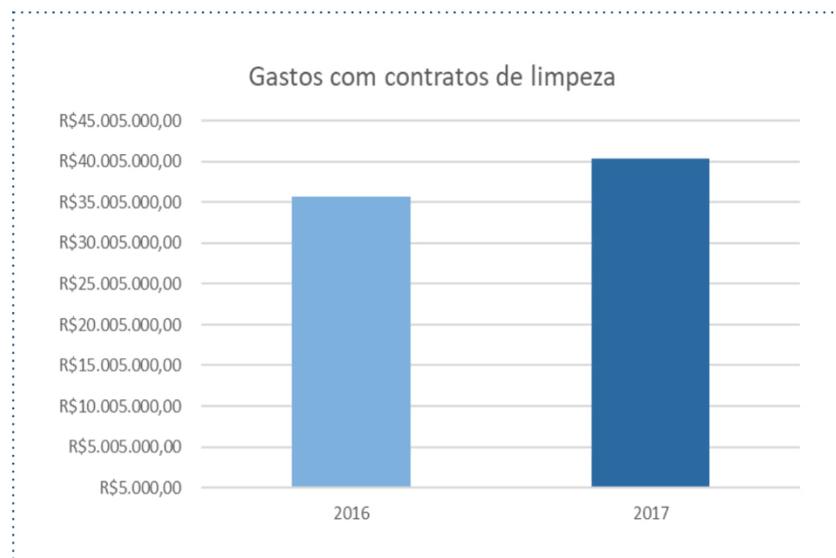




2.10. Limpeza e Vigilância

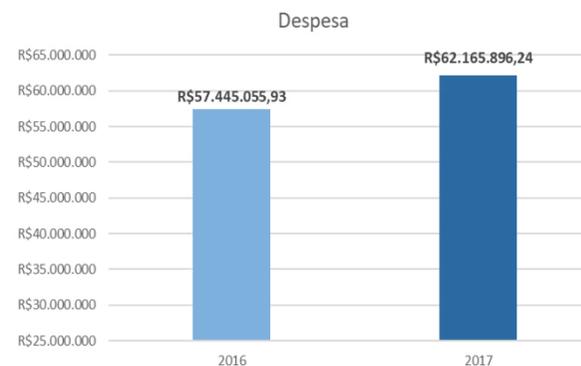
O monitoramento de gastos associados a serviços de limpeza, contratos de jardinagem apresentou ligeiro aumento. De modo similar, verifica-se acréscimo de valores dos gastos com contratos de vigilância. Este comportamento é proporcional à atualização da cláusula econômico-financeira dos contratos, considerando os reajustes, repactuações e reequilíbrios econômicos e financeiros dos contratos de prestação de serviços dessa natureza.

Também houve aumento na quantidade de postos de vigilância armada e desarmada, sendo, respectivamente, 4 e 16 postos.

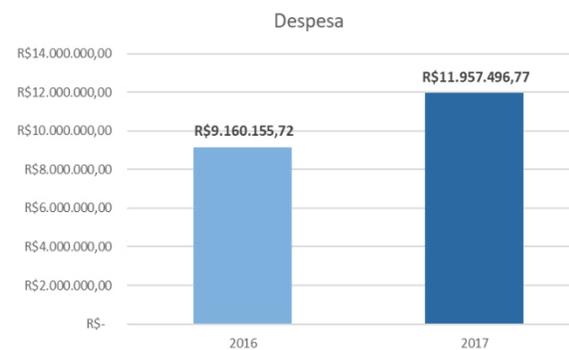
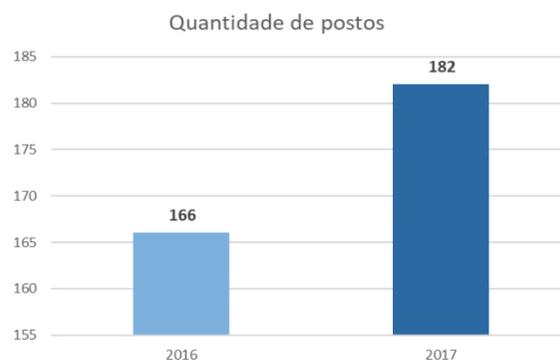




Contratos de vigilância armada



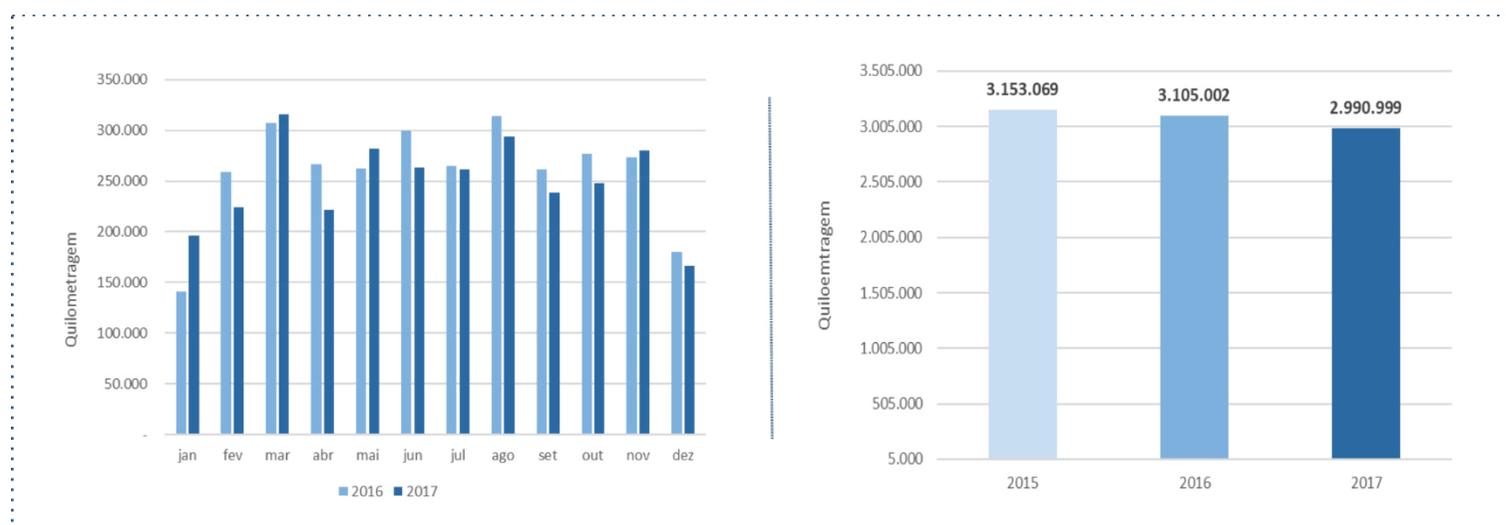
Contratos de vigilância desarmada





2.11. Veículos e Combustíveis

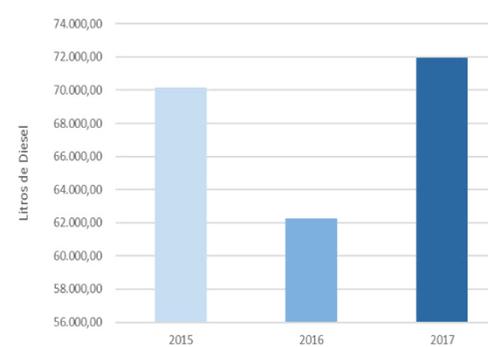
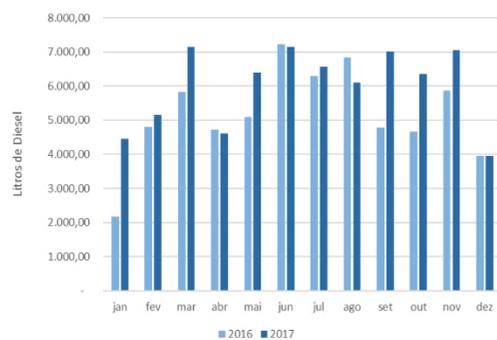
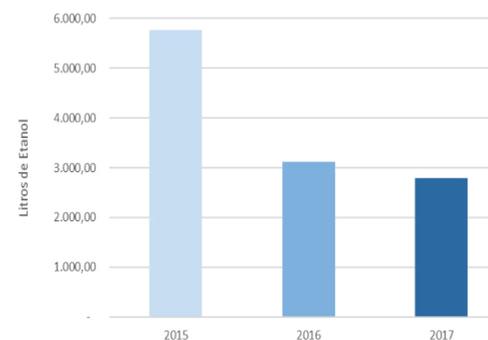
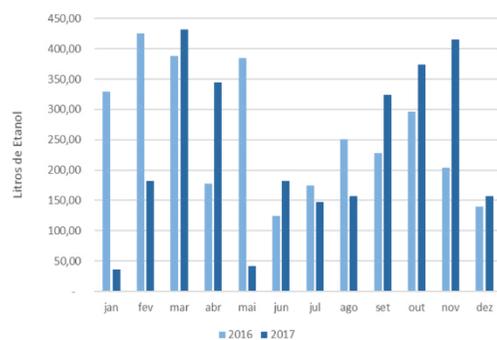
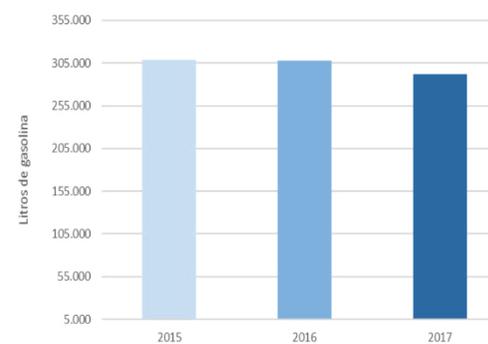
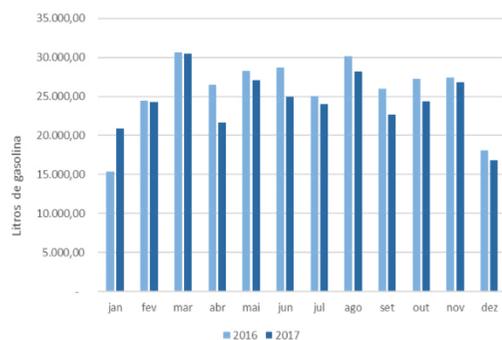
Considerando indicadores relacionados aos veículos e combustíveis consumidos, verifica-se que, embora haja oscilação na quilometragem percorrida mensalmente por veículos do Poder Judiciário, desde 2015, há uma redução na quilometragem total percorrida anualmente.



De modo similar comporta-se o consumo de gasolina e etanol: de 2015 a 2017, reduziu-se o consumo de gasolina em 5,28% e o consumo de etanol em 51,58%. Em contrapartida, houve aumento de 2,54% no consumo de diesel de 2015 a 2017. O comportamento mostra-se congruente tendo em vista o aumento na quantidade de veículos movidos a diesel pelo TJPR; em 2017 foram adquiridos 4 veículos abastecidos a diesel.



Consumo de combustíveis



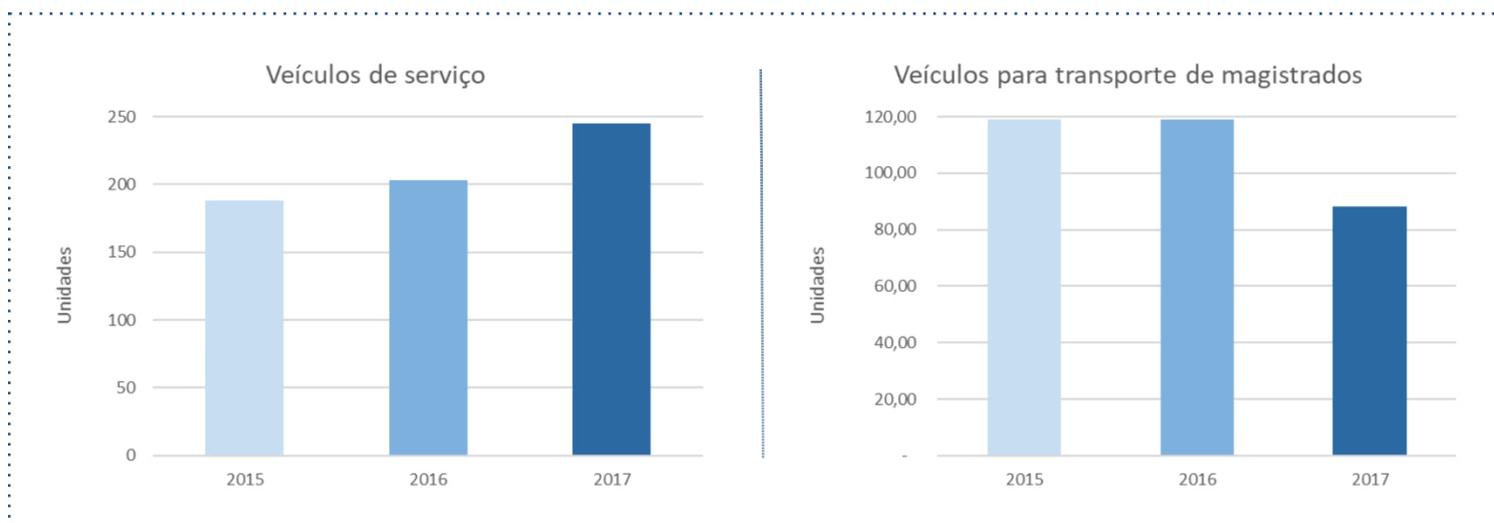


Ainda em termos de veículos, desde 2015, o Tribunal de Justiça do Paraná mantém a mesma quantidade de veículos movidos, exclusivamente, a gasolina (49 unidades) e a etanol (13 unidades). As aquisições de veículos caracterizam-se, prioritariamente, da modalidade *flex*, ou seja, movidos a gasolina e etanol: foram 15 veículos adquiridos em 2016 e mais 30 em 2017. Essa decisão demonstra a preocupação ambiental da alta administração, que na especificação do certame coloca requisitos como “bicomcombustível (álcool e gasolina) de baixa emissão de gases poluentes”.

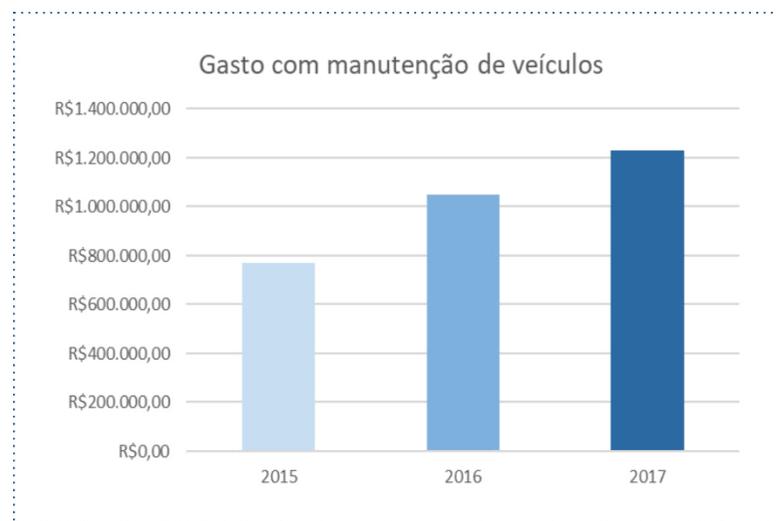




Salienta-se que os 15 veículos adquiridos em 2016 caracterizam-se como veículos de serviço, ou seja, o uso destina-se a atividades laborais. Já os veículos exclusivos para transporte de magistrados tiveram uma redução de 31 unidades em 2017.



Os dados indicam significativo aumento no gasto com manutenção de veículos: aproximadamente 36% em 2016 e 17% em 2017.



Além disso, a partir de 2017, o Tribunal de Justiça do Paraná passou a ter despesa associada à contratação de motoristas terceirizados, o que totalizou R\$ 433.013,76 no ano.

2.12. Qualidade de vida e Capacitação socioambiental

Os indicadores relacionados a ações de qualidade de vida e solidárias apresentaram significativa melhora. Em 2017, houve aumento na maior parte dos indicadores. A quantidade de ações aumentou mais do que o dobro das iniciativas realizadas em 2016. Com isso, incrementa-se também o total de participações do corpo funcional nas ações: em 2016, teve-se a adesão de 3.500 participantes; em 2017, foram estimadas 22.200 pessoas.

O Tribunal de Justiça também apoiou/promoveu mais ações solidárias e de inclusão, a saber: Campanhas de doação de alimentos a idosos, de doação de material escolar para crianças, de doação de brinquedos a crianças no Natal, ações sociais de Natal na Comarca de Londrina, Campanha de Natal do projeto "Ser Social", Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário - CONSIJ (doações e ações para fortalecer a rede de enfrentamento



a crimes contra crianças e adolescentes e promover a emancipação social), apoio a jantar beneficente dos Amigos do HC. Especificamente em relação às ações de inclusão, desde 2014, o Tribunal de Justiça do Paraná conta com a colaboração de pessoas com deficiência no trabalho de digitalização de processos judiciais. A iniciativa faz parte do "Projeto Abraçar para Incluir", criado pela servidora Daniela Ribas Rocha, que supervisiona o Centro de Digitalização, em Curitiba. No local trabalham atualmente 68 pessoas. Além disso, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, instaurada desde 2011, foi reestruturada de modo que adquiriu caráter permanente em 2017. Referida Comissão vem realizando estudos para ações concretas e abrangentes de inclusão social no âmbito do TJPR.

No mês de junho de 2017, em celebração ao dia mundial do meio ambiente, o TJPR promoveu o 1º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável. Em continuidade às iniciativas deste mês, incentivou boas práticas por meio de campanhas digitais na intranet do TJPR.

A Semana do Lixo Zero foi lembrada no Tribunal de Justiça do Paraná por meio de desafios de sustentabilidade; nesta atividade, houve incentivos diários a magistrados e servidores. O intuito principal centralizou-se em integrar magistrados e servidores no objetivo comum e institucional de racionalização dos hábitos de consumo, baseando-se na premissa de que o desenvolvimento sustentável se constrói com condutas individuais. Assim, as atividades foram simples, de modo que pudessem ser realizadas individualmente. A ação ocorreu de 23 a 27 de outubro de 2017.

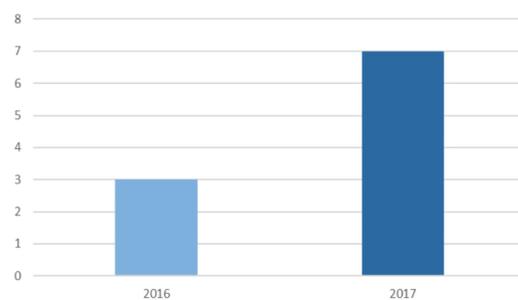
Destaca-se, também, a realização de curso EAD de sensibilização em gestão socioambiental, promovido de 31 de julho até 06 de setembro de 2017.

O Tribunal de Justiça do Paraná apoiou, ainda, campanhas contra abuso sexual no transporte coletivo, Outubro Rosa, a Semana da Paz em Casa e ações relacionadas ao enfrentamento de crimes contra a mulher.

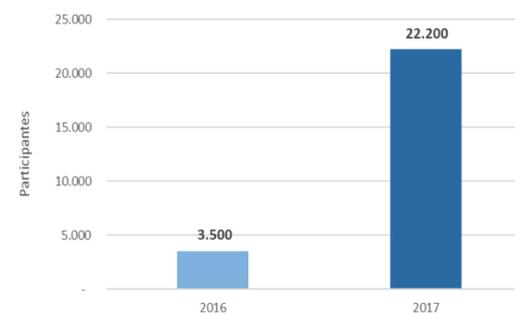


Qualidade de vida

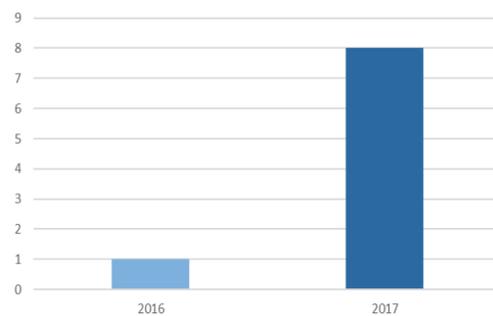
Ações de qualidade de vida



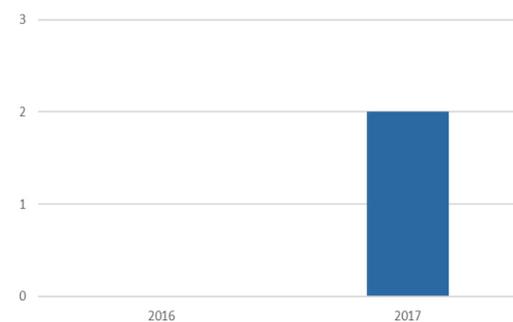
Participações em ações de qualidade de vida



Ações solidárias



Ações de inclusão





3. SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ EM 2017

Em 2017, verificou-se uma evolução na gestão socioambiental do Tribunal de Justiça do Paraná. Foram promovidas ações de conscientização, capacitação na área socioambiental e racionalização do consumo de bens e materiais; houve iniciativas de inclusão desenvolvidas pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

O TJPR passou a ter gestores socioambientais em unidades específicas, o que aprimorou a estrutura de coleta de dados, com base em uma política simples de responsabilidade compartilhada.

Em termos de promoção de iniciativas sustentáveis, o projeto de Ecomultiplicadores foi revalidado e a função foi instituída por meio do Decreto Judiciário nº 828/2017. Com isso, espera-se criar uma célula de sustentabilidade nas unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça.

Essas e outras iniciativas implementadas no ano de 2017 são descritas na sequência.



3.1. Fórum Governamental de Responsabilidade Social – FGRS/PR

O Fórum Governamental de Responsabilidade Social (FGRS) representa um espaço permanente de discussão e proposição de questões e iniciativas relativas à Responsabilidade Social. Tem como finalidade estimular o debate intersetorial e promover a mobilização governamental para ações de responsabilidade social, bem como apoiar e propor ações voltadas para a consciência de cidadania e a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos. O FGRS reúne representantes de instituições da Administração Pública dos Três Poderes, em nível federal, estadual e municipal.

Em 2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná passou a integrar oficialmente o Núcleo Paranaense do Fórum Governamental de Responsabilidade Social - FGRS/PR. O acompanhamento das reuniões mensais do FGRS/PR simboliza a crescente preocupação do Poder Judiciário paranaense no aprimoramento da gestão socioambiental e no compartilhamento de informações relacionadas à temática.



3.2. Junho, mês da conscientização ambiental no TJPR

Em razão do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 05 de junho, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná estabeleceu Junho como o mês da conscientização ambiental, a compor permanentemente o calendário oficial da instituição.

Em 06 de junho de 2017 foi realizado o *"1º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável"*, voltado ao cumprimento da Resolução nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece aos tribunais a necessidade da realização contínua das ações de divulgação, sensibilização e capacitação ambiental.

Na ocasião, foram proferidas duas palestras: A Dra. Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa expôs sobre o tema *"Protagonismo, cooperação e integração do Poder Público na promoção do desenvolvimento sustentável"* e o Dr. Valter Otaviano da Costa Ferreira Junior dissertou sobre *"Ética e sustentabilidade"*.

Estiveram presentes no evento o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Renato Braga Bettega, o 1º Vice-Presidente, Desembargador Arquelau Araújo Ribas, a 2º Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima, o Corregedor, Desembargador Mario Helton Jorge, a Ouvidora-Geral, Desembargadora Lenice Bodstein, o Diretor-Geral da Escola dos Servidores do Tribunal de Justiça



do Paraná - Eseje, Desembargador Roberto Portugal Bacellar, o Desembargador Marcos Sergio Galliano Daros, o Procurador de Justiça Alberto Vellozo Machado, além de autoridades administrativas, servidores, estagiários e comunidade em geral.

Os participantes receberam material informativo e tiveram a participação certificada pela Escola dos Servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (ESEJE).

A Caixa Econômica Federal apoiou a realização do evento, patrocinando a distribuição de canecas aos participantes. O objetivo desta ação em especial consistiu em incentivar a redução do consumo de copos plásticos, alertando para os perigos das substâncias Bisfenol-A e Poliestireno encontradas na composição destes produtos.

Em complementação à programação do mês de junho e com o apoio da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça, foram divulgados dois vídeos com temática socioambiental na intranet do Tribunal: um versou sobre dicas de boas práticas ambientais e o outro sobre a importância do consumo sustentável.

Durante o mês de junho de 2017, o fundo de tela de todos os computadores do TJPR foi adaptado em referência ao mês da conscientização ambiental. Adotou-se a cor verde, com o dizeres *"Junho, mês da conscientização ambiental no TJPR"*.

Estas ações serão renovadas em 2018, se oportuno e conveniente, sob o enfoque da campanha "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR".



3.3. Curso de Sensibilização em Gestão Socioambiental

A atuação da CASA-TJPR em parceria com a ESEJE possibilitou o lançamento em 2017 do Curso "Sensibilização em Gestão Socioambiental", na modalidade EAD (educação à distância). A realização da capacitação alinha-se aos objetivos estratégicos 03 e 08, do Planejamento Estratégico 2015-2020, assim como com a Resolução nº 201/2015 que incentiva a sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional.

O curso foi composto em 4 Módulos, oferecidos entre 31/07/2017 a 06/09/2017, com carga horária de 40 horas-aula. Com a utilização de diversos recursos (vídeo-aula expositiva, vídeos animados, infográficos, fóruns de discussão, questões avaliativas objetivas e discursivas), foram promovidas atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Os participantes tiveram certificação pela ESEJE.



3.4. Gestores Socioambientais

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Renato Braga Bettega, instituiu por meio do Decreto Judiciário nº 469/2017 os Gestores Socioambientais, cuja função primordial concentra-se na prestação de auxílio material à CASA-TJPR, compreendendo a tarefa de fiscalização e avaliação periódica dos indicadores de consumo previstos no PLS-TJPR e determinados pela Resolução nº 201/2015.

Os Gestores Socioambientais estão lotados nos Departamentos e Centros do Tribunal de Justiça e estão vinculados a cumprimento de prazos específicos para a disponibilização de informações que se destinam a subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho do PLS-TJPR e do Balanço Socioambiental, documentos exigidos pela Resolução nº 201/2015 (art. 24).

A instituição dos Gestores Socioambientais cumpre com a meta de repartição de responsabilidades socioambientais entre os órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, concretizando o plano anual de monitoramento dos indicadores. A descentralização também propicia maior eficiência na disponibilização de dados ao Conselho Nacional de Justiça.

Além de atender a Resolução nº 201/2015, a atuação efetiva destes servidores redundará na consolidação de uma base de dados socioambientais que fundamentará a análise de uma situação do diagnóstico do Tribunal de Justiça do Paraná em termos



socioambientais. A partir disso, poderão ser delineadas medidas mais legítimas visando ao consumo consciente e eficiência do gasto público.

3.5. Revalidação do Projeto Ecomultiplicadores

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Renato Braga Bettega, formalizou também o Decreto Judiciário nº 828/2017 (em **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), restabelecendo a função de Ecomultiplicador e dando-lhe novas atribuições.

A função consiste em auxiliar a Administração em demandas ambientais, tais como:

- *auxiliar na fiscalização do processo de separação e destinação dos resíduos produzidos nas unidades jurisdicionais e administrativas do Tribunal;*
- *comunicar situações que demandem providências da administração do fórum ou da Secretaria do Tribunal relativas às questões ambientais;*
- *informar dados solicitados pela Comissão de Gestão Socioambiental ou pelo Núcleo Socioambiental;*
- *aprovar a certificação ambiental das unidades administrativas e judiciárias;*



-
- divulgar ações e informações em temática de sustentabilidade ambiental;
 - orientar e fiscalizar acerca da utilização racional dos bens públicos, verificando se as luzes estão sendo apagadas e se os equipamentos estão desligados ao término do expediente;
 - sugerir e dar publicidade as boas práticas ambientais adotadas na unidade;
 - comunicar à Comissão de Gestão Socioambiental (CASA TJPR) eventuais alterações quanto às designações dos ecomultiplicadores;
 - acompanhar e orientar os pedidos de materiais de consumo da unidade, com a finalidade de evitar acúmulos desnecessários.

O Ecomultiplicador é um servidor designado em cada unidade jurisdicional e administrativa do Tribunal de Justiça, encarregado da tarefa de auxiliar na orientação de assuntos ambientais na respectiva unidade. Trata-se de um agente difusor de boas práticas e encarregado da conscientização em matéria de sustentabilidade.

A finalidade é criar uma "célula de sustentabilidade" em cada unidade do Tribunal de Justiça, capaz de replicar localmente as diretrizes institucionais, estimulando a cooperação e promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social, conforme preconizado na Resolução nº 201/2015.



3.6. Unidades Sustentáveis Certificadas

O Decreto Judiciário nº 828/2017 estabeleceu ainda a certificação ambiental das unidades jurisdicionais e administrativas do Tribunal de Justiça.

Trata-se de um projeto inédito no TJPR, concebido para engajar por meio do reconhecimento de ações positivas.

As exigências necessárias à certificação são as seguintes:

- *utilização pela integralidade de seus componentes de copos e canecas retornáveis em substituição ao uso de copos descartáveis;*
- *realização do inventário socioambiental do setor, compreendendo o descarte de materiais de expediente inservíveis, a reutilização de materiais ainda passíveis de utilização e a devolução de materiais excedentes à Divisão de Controle Patrimonial (bens permanentes) e à Divisão de Administração de Materiais (materiais de consumo), ambas do Departamento do Patrimônio;*
- *utilização de ilha de lixeiras de uso coletivo, composta, no mínimo, de uma lixeira para não recicláveis e uma para recicláveis;*
- *utilização da ecofonte em todos os documentos impressos produzidos pelo setor;*
- *as impressões da unidade deverão ser realizadas no modo frente e verso, conforme Resolução nº 44/2012, do Órgão Especial.*



A comprovação das recomendações será realizada por meio do preenchimento de formulário disponibilizado na intranet, acompanhado necessariamente de aprovação pelo Ecomultiplicador da respectiva unidade.

As unidades certificadas poderão utilizar em suas correspondências oficiais a logomarca oficial da campanha com os dizeres "Unidade Sustentável Certificada".

O projeto está em fase de implantação, devendo estar em vigor no ano de 2018.

3.7. Semana Lixo Zero

O Tribunal de Justiça integrou a “Semana do Lixo Zero”, por meio do Núcleo Paranaense do Fórum Governamental de Responsabilidade Social. O evento compõe o Calendário Oficial da Prefeitura de Curitiba (Lei Municipal nº 14.767/2015).

Durante os dias 23 a 27 de outubro de 2017, a CASA-TJPR propôs atividades diárias aos magistrados e servidores, relacionadas a tópicos de sustentabilidade ambiental na Administração Pública. O intuito principal centralizou-se em integrar magistrados e servidores no objetivo comum e institucional de racionalização dos hábitos de consumo, baseando-se na premissa de que o



desenvolvimento sustentável se constrói com condutas individuais. Assim, as atividades foram simples, de modo que pudessem ser realizadas individualmente.

Os desafios propostos são apresentados abaixo:

- não utilizar ou, pelo menos, reduzir a quantidade de copos descartáveis utilizados;
- rever materiais e disponibilizar o que for excedente. Devolver à Divisão de Controle Patrimonial (bens permanentes) e à Divisão de Administração de Materiais (materiais de consumo), ambas do Departamento do Patrimônio;
- reduzir a quantidade de impressões;
- refletir sobre as práticas propostas e realizadas durante esta semana.

3.8. Comissão de Acessibilidade e Inclusão

A Comissão de Acessibilidade foi instaurada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio da Portaria nº 790/2011, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson.



Cita-se como exemplo de projeto desenvolvido nessa primeira fase a parceria firmada em 16.12.2013 com o Ministério Público Estadual¹ e destaca-se, também, que, em 28.09.2016, a Comissão foi premiada tendo vista a realização de ações de inovação e de cidadania².

Com o advento da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, notou-se a necessidade de reestruturação, conferindo a ela caráter permanente, cuja formalização se deu por meio da Portaria nº 4681-DM, de 31.05.2017.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão tem como objetivos fiscalizar, planejar e elaborar projetos de acessibilidade, de treinamento, de capacitação de profissionais que trabalhem com pessoas com deficiência, bem como aqueles de natureza pedagógica.

Em sua Presidência, foi mantido o Excelentíssimo Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson. Os demais membros designados foram escolhidos dentre servidores com e sem deficiência que trabalham em setores que receberão demandas acerca da temática e com potencialidades para contribuir significativamente no desenvolvimento de programas de acessibilidade.

¹ Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=4197>. Acesso em 17.10.2017.

² Disponível em: <http://www.amapar.com.br/noticia-rss/item/amapar-e-nucid-homenageiam-magistradas-e-magistrados-que-estao-a-frente-de-projetos-de-cidadania-no-pr.html>. Acesso em 17.10.2017.



Embora este Tribunal de Justiça tenha certo pioneirismo no assunto, mormente por possuir Comissão que trata da matéria desde 2011, novos desafios que emergem dessa sociedade pós-moderna devem ser enfrentados, assim como observadas as disposições da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Diante da grave crise orçamentária que assola todo o País, todas as ações que garantam o cumprimento do ato normativo supramencionado, mas que dependam de investimentos, devem ser minuciosamente planejadas, a fim de que as demandas possam ser escalonadas, cotejando-se a sua urgência com as disponibilidades orçamentárias, priorizando-se iniciativas que possam ser implementadas sem grandes dispêndios.

Em reunião realizada no dia 22.09.2017 destacou-se que, até aquele momento, já havia sido: a) criada a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; b) apresentado relatório contendo ações e projetos em andamento; c) solicitado sugestões aos integrantes do primeiro grau, via mensageiro; d) solicitado, mediante ofício, que outros Tribunais disponibilizassem informações e projetos em execução.

Na reunião, foi esclarecido, ainda, quais seriam os próximos passos que precisariam ser dados: a) realização de pesquisa aberta com os públicos interno e externo para levantar informações sobre a questão da acessibilidade, pesquisa esta que se encerrou em 30.11.2017 e cujos dados estão sendo analisados); b) elaboração de plano plurianual, cuja previsão para conclusão é janeiro de 2018; c)



obtenção de informações sobre o número de servidores, estagiários, magistrados e terceirizados com deficiência que integram a Corte, cuja compilação será plano de ação para 2018; d) identificação da situação dos edifícios do Judiciário Paranaense em relação à questão da acessibilidade, dado que irá constar do Plano Plurianual.

Por fim, na referida reunião, propôs-se que a Comissão funcionasse com a realização de reuniões periódicas, em composição plena ou isolada nas linhas de atuação. Em relação à metodologia de trabalho, foi proposta a divisão do trabalho em eixos, da seguinte forma: a) capacitação de magistrados, servidores e terceirizados; b) adaptações arquitetônicas que atendam a inclusão e acessibilidade; c) disponibilização de mobiliário e ferramentas de tecnologia adequados aos servidores, magistrados e jurisdicionados com deficiência; d) regulamentação legal que inclua os direitos da pessoa com deficiência; e) assistência médica e social voltada aos servidores e magistrados com deficiência; f) projetos externos que promovam a inclusão de pessoas com deficiência.

A divisão dos trabalhos dessa forma foi aceita e os relatórios dos eixos foram apresentados em 27.10.2017.

Hodiernamente, após reunião devolutiva do material apresentado, os eixos estão trabalhando na complementação de seus relatórios e esmiuçando seus planos de ação a partir da metodologia denominada 5W2H, que significa: 5 W: **What** (o que será feito?) – **Why** (por que será feito?) – **Where** (onde será feito?) – **When** (quando?) – **Who** (por quem será feito?) 2H: **How** (como será feito?) – **How**



much (quanto vai custar?). O prazo definitivo para entrega dos relatórios de cada eixo da Comissão esgota-se em 16.01.2018, após o qual serão compilados os dados apresentados e será apresentado o Plano Plurianual desta Corte.

Posteriormente, os planos de ação serão incluídos na ferramenta denominada Enterprise Project Management (EPM), a partir da qual o cumprimento das ações propostas será acompanhado, incluindo-se a realização de reuniões de acompanhamento com os eixos que propuseram as ações, e em periodicidade maior com a Comissão em sua composição plena. Espera-se, também, ao final do ano de 2018, realizar diagnóstico do Plano Plurianual, a fim de readequá-lo para elaboração do Plano Plurianual 2019.



4. O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Em 2017, o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça foi revisto e atualizado, compondo a 2ª Edição do PLS-TJPR. O documento, aprovado pela Presidência do Tribunal, apresentou maior detalhamento do plano de ações e iniciativas sustentáveis realizadas; também foi possível descrever o inventário socioambiental do Tribunal de Justiça.

Assim como a 1ª Edição, a elaboração do PLS-TJPR encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020, aprovado por meio da Resolução nº 138, de 23 de maio de 2015, do Órgão Especial, que tem como ponto estratégico “*fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental*”.



4.1. Plano de Gestão de Resíduos no TJPR

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná estabeleceu 2018 como o ano da Gestão de Resíduos no Poder Judiciário, a se constituir em meta primária da Administração em matéria de sustentabilidade ambiental, com possibilidade de renovação do programa para o próximo exercício, de acordo com a necessidade administrativa.

Todos os setores administrativos e jurisdicionais do TJPR deverão prestar auxílio no desenvolvimento do Plano de Gestão de Resíduos do TJPR, incluindo magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e comunidade usuária em geral.

A atuação direta da implementação do Plano se dará por meio da Secretaria do TJPR, da Comissão de Gestão Socioambiental, do Núcleo Socioambiental, dos Departamentos e Centros. Gestores Socioambientais e Ecomultiplicadores integrarão o projeto como forças de trabalho essenciais.

O cronograma de atividades para o ano de 2018 é o seguinte:

CRONOGRAMA 2018			
AÇÕES	UNIDADES RELACIONADAS	BASE NORMATIVA	DATA DE REFERÊNCIA
Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR"	Presidência / Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / Departamentos	PLS-TJPR 2ª edição Art. 16, inc. IV, da Resolução nº 201/2015	Janeiro – Fevereiro/2018
Lançamento			



CRONOGRAMA 2018			
AÇÕES	UNIDADES RELACIONADAS	BASE NORMATIVA	DATA DE REFERÊNCIA
Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 1: Diagnóstico (verificação das situações das unidades jurisdicionais e administrativas)	Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / Departamentos	PLS-TJPR 2ª edição Art. 16, inc. IV, da Resolução nº 201/2015	Maio/2018
Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 2: Consolidação dos dados e apresentação à Alta Administração do TJPR	Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / Departamentos	PLS-TJPR 2ª edição Art. 16, inc. IV, da Resolução nº 201/2015	Junho - Julho/2018
Junho: Mês da Conscientização ambiental no TJPR 2º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável	Presidência/ Secretaria/ Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / Departamentos	Art. 14, inc. II, da Resolução nº 201/2015	Junho/2018
Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 3: lançamento do manual de resíduos do TJPR	Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / Departamentos	PLS TJPR 2ª edição Art. 16, inc. IV, da Resolução nº 201/2015	Setembro/2018
Projeto: Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR"	Presidência / Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / ESEJE	PLS TJPR 2ª edição	Outubro/2018



CRONOGRAMA 2018			
AÇÕES	UNIDADES RELACIONADAS	BASE NORMATIVA	DATA DE REFERÊNCIA
Fase 4: Capacitação de magistrados e ecomultiplicadores Lançamento e realização do Curso de Capacitação em Gestão de Resíduos		Artigos 6, inc. VII, 16, inc. VI, da Resolução nº 201/2015	
Projeto: Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 5: Capacitação de terceirizados Palestra a se realizar no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR) / ESEJE / DGST	PLS TJPR 2ª edição Artigos 6, inc. VII, 16, inc. VI, da Resolução nº 201/2015	Outubro/2018
Projeto: Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 6: Projeto piloto – Celebração de convênio com associações / cooperativas de catadores	Presidência / Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR)	Anexo II da Resolução nº 201/2015	Novembro/2018
Projeto: Projeto: "2018, Ano da Gestão de Resíduos no TJPR" Fase 7: Relatório Final	Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR)	PLS TJPR 2ª edição Artigos 6, inc. VII, 16, inc. VI, da Resolução nº 201/2015	Novembro/2018
Lançamento PLS-TJPR 3ª edição	Presidência / Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR)		Dezembro/2018



CRONOGRAMA 2018			
AÇÕES	UNIDADES RELACIONADAS	BASE NORMATIVA	DATA DE REFERÊNCIA
Relatório de desempenho do PLS-TJPR	Secretaria / Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR)	Artigo 23 da Resolução nº 201/2015	Janeiro – Fevereiro/2019



5. PLANO DE AÇÃO

Além do Plano de Gestão de Resíduos do TJPR, o PLS-TJPR 2ª Edição apresentou Plano de Ação classificando as ações como: cumprida, ações em execução, futura e cancelada.

A aplicação será monitorada pela Comissão de Gestão Socioambiental (CASA-TJPR), em conjunto com as unidades administrativas e jurisdicionais diretamente relacionadas a cada ação específica.



Material de consumo

MATERIAIS DE CONSUMO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Incentivar a utilização de dispositivos duráveis em substituição ao uso de copos descartáveis	<ul style="list-style-type: none">- Realizar campanhas digitais (intranet)- Realizar campanhas visuais;- Verificar a viabilidade de priorizar o fornecimento de copos descartáveis para áreas com público externo.	CASA-TJPR	Contínua	Em execução
Analisar a viabilidade de redução do consumo de água engarrafada por sistemas de filtragem ou bebedouros	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar locais para instalação de bebedouros;2. Verificar se há fornecimento previsto;3. Realizar licitação para aquisição de bebedouros;4. Instalar bebedouros.	DEA DP	Até 100%	Em execução



Impressão

IMPRESSÃO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Promover o uso de mensagens eletrônicas na comunicação, evitando a impressão de documentos	- Realizar campanhas digitais (intranet) - Realizar campanhas visuais	DTIC	Contínua	Em execução
Incentivar o desenvolvimento de ferramentas para controlar a performance dos equipamentos de impressão instalados	- Realizar monitoramento mensal dos dados - Divulgar indicadores - Acompanhar unidades com maiores índices de impressão/Identificar anomalias - Aprimorar software de controle de impressões (já implantado no TJPR)	DTIC DPLAN	Contínua	Em execução
Reduzir a quantidade de impressoras em uso através da promoção de uso compartilhado	Criação de "ilhas de impressão"	DTIC	-	Cumprida
Estimular a digitalização de processos físicos ainda existentes e em tramitação no Tribunal de Justiça	Acompanhamento do índice de digitalização	DPLAN	Até que haja 100% de digitalização	Em execução
	Estruturação de um Departamento específico	Departamento de Gestão Documental	-	Cumprida



Energia Elétrica

ENERGIA ELÉTRICA				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Analisar a viabilidade de utilização de sensores em áreas comuns	<ul style="list-style-type: none">- Permanecer realizando análise de viabilidade nas novas construções;- Realizar análise de viabilidade nas unidades existentes.	DEA	Contínua	Em execução
Avaliar a viabilidade de substituir equipamentos de ar condicionado do tipo janeleiro (baixa eficiência energética) por equipamentos de alta eficiência energética	<ul style="list-style-type: none">- Mapear unidades em que ainda estão instalados equipamentos do tipo janeleiro;- Realizar análise de viabilidade técnica e econômica para substituição dos equipamentos existentes.	DEA	Até 100%	Em execução
Analisar a viabilidade para substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED em todos os prédios pertencentes ao TJPR	<ul style="list-style-type: none">- Permanecer realizando compra de lâmpadas LED para novas construções;- Realizar estudo para análise técnica e econômica relativa à substituição lâmpadas fluorescentes por LED nas unidades existentes (projeto em realização);- Participar do edital de chamada pública da Copel em 2018.	DEA	Até 100%	Em execução



ENERGIA ELÉTRICA				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Elaboração de projeto para monitorar a situação das instalações elétricas e propor alterações visando a redução de consumo	- Verificar a viabilidade técnica e econômica de contratação de serviço especializado para manutenção predial preventiva	DEA	Contínua	Futura
Analisar a viabilidade de instalação de interruptores individuais	1. Identificar locais que não possuem interruptores individuais; 2. Estabelecer critérios de priorização; 3. Promover a instalação, quando viável.	DEA	Até 100%	Em execução
Sugestão de elaboração de projeto piloto para analisar a viabilidade de utilização de outras energias renováveis	-	DEA	-	Cancelada
Analisar a viabilidade de implementação de fontes de captação de energia solar nos prédios pertencentes ao TJPR	- Desenvolver projeto para analisar viabilidade de adoção de células fotovoltaicas em unidades do TJPR; - Validação da Alta Administração; - Implantação de projeto com células fotovoltaicas; - Monitoramento do projeto e resultados (economias) relacionadas.	DEA	Até que haja implementação	Em execução



Água e esgoto

ÁGUA E ESGOTO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Monitorar a situação das instalações hidráulicas e propor alterações visando a redução de consumo	- Verificar a viabilidade técnica e econômica de contratação de serviço especializado para manutenção predial preventiva	DEA	Contínua	Futura
Promover a realização de estudo de viabilidade técnico-financeira para implantação de sistemas de reaproveitamento de águas pluviais nas futuras edificações de porte médio do TJPR, tendo em vista que esse sistema já tem sido adotado para as grandes edificações que estão sendo construídas	- Mapear unidades que não possuem o sistema de reaproveitamento de água pluvial; - Realizar análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação; - Implantação progressiva do sistema.	DEA	Até 100%	Em execução
Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigações de jardins	- Identificar procedimentos relacionados; - Verificar alternativas; - Regulamentar novos procedimentos.	DGST	Contínua	Futura



ÁGUA E ESGOTO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores	<ul style="list-style-type: none">- Permanecer realizando análise de viabilidade nas novas construções;- Realizar análise de viabilidade nas unidades existentes.	DEA	Até 100%	Em execução
Fomentar a utilização de torneiras temporizadas em todos os sanitários, públicos e privados, a serem instalados nos novos prédios do TJPR	<ul style="list-style-type: none">- Mapear unidades;- Realizar análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação em todas as unidades, ainda que de forma gradativa;- Implantação do sistema.	DEA	Até 100%	Em execução



Gestão de resíduos

GESTÃO DE RESÍDUOS				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Incentivar campanhas de instrução para coleta seletiva	<ol style="list-style-type: none">1. Mapear situação/procedimentos;2. Padronizar e regulamentar procedimentos;3. Cientificar o Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados;4. Implantar procedimento.	DGST CASA-TJPR	Contínua	Futura
Promover a implantação de logística reversa no descarte de lâmpadas	<ol style="list-style-type: none">1. Mapear situação/procedimentos;2. Padronizar e regulamentar procedimentos;3. Cientificar Departamentos envolvidos;4. Implantar procedimento.	CASA-TJPR Departamentos	Até que a logística reversa seja implementada	Futura
Analisar a viabilidade de incluir no contrato de restaurante/lanchonetes/cantinas previsão para que a contratada promova a destinação ecologicamente correta ao óleo de cozinha, apresentando relatório dos resíduos gerados	<ul style="list-style-type: none">- Realizar estudos de cláusulas contratuais;- Avaliar viabilidade técnica, econômica e ambiental;- Validação da Alta Administração e regulamentação;- Inserir cláusula nas próximas contratações;- Fiscalização e acompanhamento.	CASA-TJPR DP	Até que a destinação seja realizada de forma adequada	Em execução



GESTÃO DE RESÍDUOS				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Estimular a implementação de coleta seletiva solidária mediante credenciamento de associação de catadores de resíduos recicláveis	<ol style="list-style-type: none">1. Após o mapeamento da situação da coleta seletiva, instigar o credenciamento de associações de catadores;2. Redigir minuta de termo de credenciamento;3. Lançar edital;4. Implementar credenciamento	DP CASA-TJPR	Até que o credenciamento seja realizado	Futura
Manual de Resíduos Sólidos	<ol style="list-style-type: none">1. Promover estudo sobre resíduos sólidos;2. Redigir minuta de manual de resíduos sólidos;3. Normatizar manual;4. Divulgar manual.	CASA-TJPR	Até que o Manual esteja disponível	Futura



Telefonia

TELEFONIA				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Analisar a viabilidade de implantação do sistema VoiP em todas as instalações do TJPR	1. Acompanhar índice de implementação; 2. Identificar impedimentos e dificuldades.	DTIC	Até que haja 100% de implantação	Em execução



Vigilância

VIGILÂNCIA				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Sugerir estudos nos contratos de vigilância objetivando a inclusão de critérios sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">- Verificar possibilidade de reduzir postos de vigilância;- Analisar possibilidade de substituir postos de vigilância armada por vigilância desarmada.	DGST	Contínua	Futura



Limpeza

LIMPEZA				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Analisar a viabilidade de inclusão de produtos biodegradáveis nos contratos de limpeza	<ul style="list-style-type: none">- Verificar produtos biodegradáveis alternativos;- Realizar análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental;- Inclusão de produtos biodegradáveis nos editais.	DGST	Contínua	Futura
Sugerir estudos nos contratos de limpeza objetivando a inclusão de critérios sustentáveis	<ol style="list-style-type: none">1. Acompanhar inclusão de critérios sustentáveis;2. Identificar impedimentos e dificuldades.	DGST	Contínua	Futura



Combustível

COMBUSTÍVEL				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Sugerir a utilização preferencial de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis, como o etanol, observada a economicidade	1. Acompanhar utilização de etanol; 2. Identificar impedimentos, dificuldades e restrições.	CETRANS	Contínua	Em execução
Sugerir a definição de rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e a emissão de gases poluentes	1. Mapear as rotinas/procedimentos relacionados à definição de rotas; 2. Analisar alternativas de economia.	CETRANS DTIC DP DGST DEA	Contínua	Em execução



Veículos

VEÍCULOS				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Promover rotinas de manutenção preventiva nos veículos	<ol style="list-style-type: none">1. Mapear as rotinas/procedimentos relacionados à manutenção de veículos;2. Analisar alternativas de economia.	CETRANS	Contínua	Concluída
Sugerir o estabelecimento de intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais	<ol style="list-style-type: none">1. Verificar a frequência de lavagens;2. Analisar a possibilidade de reduzir intervalos de lavagem;3. Definir e regulamentar procedimentos.	CETRANS	Contínua	Em execução
Analisar a viabilidade de aquisição de veículos com menor consumo de combustível (maior desempenho)	<ol style="list-style-type: none">1. Elaborar estudo de viabilidade técnica, financeira e ambiental;2. Realizar licitação;3. Acompanhar desempenho dos veículos.	CETRANS	Contínua	Futura



Layout - Reformas

REFORMAS				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Sugerir a utilização de novas tecnologias de construção focadas na redução de custos e desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none">- Realizar estudos/levantamento de novas tecnologias- Avaliar viabilidade técnica, econômica e ambiental;- Validação da Alta Administração;- Inserir tecnologias nas próximas contratações.	DEA	Contínua	Em execução
Incentivar a realização de estudos de viabilidade de padronização e de requisitos de alteração de layout	<ul style="list-style-type: none">- Analisar alternativas de projetos padrões;- Validação da Alta Administração e normatização;- Implantação de modelos-padrões.	DEA	Contínua	Em execução



REFORMAS				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Fomentar a criação de uma rotina de manutenção preventiva predial para todas as edificações forenses ou de propriedade do TJPR	- Verificar a viabilidade técnica e econômica de contratação de serviço especializado para manutenção predial preventiva	DEA	Até que haja uma rotina padrão	Futura
Apresentar a proposta de layout e a planilha de custos ao solicitante, para que tenha ciência do impacto financeiro	1. Normatizar o procedimento; 2. Articular com o Departamento de Engenharia e Arquitetura; 3. Implantar procedimento.	DEA	Até que o procedimento seja implementado	Futura



Qualidade de vida e capacitação

QUALIDADE DE VIDA e CAPACITAÇÃO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Promover cursos e/ou palestras sobre temas relacionados à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, promoção da saúde e hábitos saudáveis	<ul style="list-style-type: none">- Realizar campanhas digitais (intranet);- Realizar campanhas visuais;- Realizar cursos, eventos, palestras.	ESEJE DGRH	Contínua	Em execução
Avaliar a possibilidade de expansão do programa de ginástica laboral	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar a realização de atividades de ginásticas laboral em todas as unidades do Judiciário Paranaense.	DGRH	Até 100%	Em execução
Analisar a viabilidade de inserção de critérios nutricionais para as refeições (restaurante/lanchonetes/cantinas)	<ul style="list-style-type: none">- Verificar viabilidade de incluir cláusulas de exigências contratuais relacionadas à cardápio e necessidade de nutricionista nos contratos de locação de cantinas	DP	Até 100%	Em execução
Promover cursos e/ou palestras para sensibilização dos magistrados e servidores sobre práticas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">- Realizar campanhas digitais (intranet)- Realizar campanhas visuais	CASA-TJPR	Contínua	Em execução



QUALIDADE DE VIDA e CAPACITAÇÃO				
PROCEDIMENTOS	DETALHAMENTO DA AÇÃO	UNIDADES RELACIONADAS	TIPO (PRAZO)	SITUAÇÃO
Incentivar a realização de práticas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">- Realizar campanhas digitais (intranet);- Realizar campanhas visuais;- Verificar viabilidade de incluir vídeos curtos de práticas sustentáveis nos cursos promovidos na modalidade EAD, pela ESEJE.	CASA-TJPR	Contínua	Em execução
Criação do banco de boas práticas	<ul style="list-style-type: none">- Estruturar banco de boas práticas;- Verificar viabilidade de publicar na página do TJPR.	DPLAN	Contínua	Em execução
Criação de uma página eletrônica específica para a Comissão no site do TJPR	<ul style="list-style-type: none">- Solicitar apoio da Imprensa;- Solicitar apoio do DTIC.	CASA-TJPR	Até que a página esteja disponível	Futura

